



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 447/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1608/2015 (02 Volumes).

Apenso: Processo nº 1633/2015 (05 Volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Fundo Estadual de Defesa do Consumidor – FUNDECON.

4- Exercício: 2014.

5- Responsáveis: Sra. Silvana Miranda Corrêa (01.01.2014 a 14.01.2014) e Sra. Janaína Sales Rodrigues (14.01.2014 a 31.12.2014).

6- Unidade Técnica: DICAD/AM– Relatório Conclusivo nº 70/2015 (fls. 227/241v).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1906/2015-MPC-CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas (fls. 243/243v).

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Estadual de Defesa do Consumidor. Exercício de 2014.

Contas Regulares. Quitação. Contas Regulares com Ressalvas. Multa. Determinação à Origem. Autorização para a Cobrança Executiva. Notificação aos Responsáveis.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regular as Contas da Sra. **Silvana Miranda Corrêa**, responsável pelo Fundo Estadual de Defesa do Consumidor – FUNDECON entre 01.01.2014 a 14.01.2014, assim como **CONCEDER QUITAÇÃO** nos termos do art. 23, da Lei n.º 2.423/1996;

9.2- Julgar Regular com Ressalvas as Contas da Sra. **Janaína Sales Rodrigues**, responsável pelo Fundo Estadual de Defesa do Consumidor – FUNDECON entre 14.01.2014 a 31.12.2014;

9.3- Aplicar multa a Sra. **Janaína Sales Rodrigues**, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do art. 54, II, da Lei 2.423/96 c/c art. 308, VI, da Resolução 04/02 do TCE/AM, em virtude da impropriedade detectada no item I da fundamentação;

9.4- Determinar à origem que:

9.4.1- Planeje adequadamente as aquisições e/ou contratações a fim de evitar o fracionamento da despesa, em observância ao art. 23, §5º, da Lei nº 8.666/1993;

9.4.2- Informe no Sistema e.Contas todos os procedimentos licitatórios, Notas de Empenhos, Credor vencedor e anexar as Atas e/ou Histórico da Licitação que originaram despesas;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 447/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.5- Autorizar, desde já, a **instauração da cobrança executiva** no caso de não recolhimento do valor da condenação, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n.º 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução n.º 04/02-TCE/AM;

9.6- Notificar as responsáveis, Sra. **Silvana Miranda Corrêa** (01.01.2014 a 14.01.2014) e Sra. **Janaina Sales Rodrigues** (14.01.2014 a 31.12.2014), acerca do desfecho dado a estes autos, e para que a multa aplicada seja recolhida pela gestora no prazo fixado.

10- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 11 de Maio de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1- Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral